

VI Seminário Internacional

políticas culturais

26 a 29 de maio de 2015

Rio de Janeiro

edição

Fundação Casa de Rui Barbosa

ISBN 978-85-7004-332-0

organizadores

Lia Calabre

Mauricio Siqueira

Deborah Rebello Lima

Adélia Zimbrão

realização

**Itaú
cultural**

 **BSERVATÓRIO**
Itaú Cultural

FUNDAÇÃO  **Casa de Rui Barbosa**
MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA




Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais

Organizadores:

Lia Calabre
Mauricio Siqueira
Adélia Zimbrão
Deborah Rebello Lima

Rio de Janeiro
De 26 a 29 de maio de 2015
Edições: Fundação Casa de Rui Barbosa



Seminário Internacional Políticas Culturais (6. : 2015 : Rio de Janeiro, RJ)
Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais, 26 a 29 de maio de
2015, Rio de Janeiro / Organizadores: Lia Calabre... [et al.] – Rio de Janeiro : Fundação
Casa de Rui Barbosa, 2015.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World WideWeb:

<<http://wwwhttp://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/>>

ISBN: 978-85-7004-332-0

1. Política cultural. I. Calabre, Lia, org. II. Siqueira, Mauricio, org. III. Zimbrão,
Adélia, org. IV. Deborah Rebello Lima, org. V. Fundação Casa de Rui Barbosa. VI. Título.

CDD 306



26 a 29 de maio de 2015

ECONOMIA VIVA: AÇÃO DE FOMENTO OU PRÊMIO DE RECONHECIMENTO?

Luana Vilutis¹

RESUMO: A reflexão aqui proposta trata do desafio do programa Cultura Viva de fomentar a geração de renda e a sustentabilidade econômica dos pontos de cultura. Para tanto, apresentamos rapidamente a proposta conceitual da ação Economia Viva e abordamos a execução do Prêmio Economia Viva, com uma análise das potencialidades e limitações alcançadas no processo de implementação desse instrumento de política pública no contexto do programa.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Viva, Pontos de Cultura, Ação Economia Viva, Prêmio Economia Viva, Economia Solidária.

Neste artigo abordaremos a concepção e o alcance da Ação Economia Viva, realizada entre os anos de 2010 e 2012 no âmbito do programa Cultura Viva, e refletiremos acerca dos desafios do programa e das políticas públicas de cultura voltadas ao fomento da geração de renda e da autonomia financeira de grupos culturais; especialmente daqueles que trabalham em rede e têm forte atuação comunitária, como é característica recorrente dentre os pontos de cultura.

A escolha por olhar mais atentamente a ação Economia Viva justifica-se por esta iniciativa reunir características expressivas de diversos aspectos e questões centrais do programa Cultura Viva que foram muito pouco desenvolvidos, tanto em termos de investigações acadêmicas, de sistematização do conhecimento, quanto nas iniciativas práticas da gestão pública.

Consideramos relevante abordar a ação Economia Viva por ela ser expressiva de alguns dos principais desafios existentes no Cultura Viva, destacaremos dois a título da breve reflexão que cabe fazer aqui. O fomento público de ações que promovam a sustentabilidade dos pontos de cultura e incentivem sua autonomia financeira é um deles. A articulação em redes de produção, comercialização e consumo entre os pontos é outro aspecto, que inclusive está diretamente relacionado ao anterior. A ação Economia Viva foi implementada por meio de um instrumento de premiação, o que nos permite ainda refletir acerca dessa modalidade de fomento praticada no âmbito do Cultura Viva.

¹ Doutoranda em Cultura e Sociedade pela UFBA, integrante da FLACSO Brasil. Email: luanavilutis@gmail.com



26 a 29 de maio de 2015

Além desses aspectos, a ação Economia Viva também nos oferece elementos e informações para várias reflexões sobre as potencialidades existentes nas ações públicas de fomento ao desenvolvimento cultural comunitário; na fértil interface entre economia solidária e cultura; na potência das redes de produção colaborativa e trocas solidárias entre grupos culturais; no papel do Estado em fomentar esse tipo de iniciativa e nos limites encontrados para fazê-lo; nos estímulos e motivações do trabalho autogestionário e colaborativo no campo cultural; dentre outros. A ação Economia Viva, mesmo tendo sido uma experiência com vida curta e de poucos recursos, aportou contribuições significativas e diversas nessas direções. Mas lamentavelmente não teremos condições de discorrer atentamente sobre todas elas aqui, isso está sendo feito na pesquisa de doutorado em andamento que alimenta este artigo². Aqui nos reservaremos a uma abordagem mais descritiva dessa ação pública e a uma reflexão inicial de sua execução, com olhar acerca das potencialidades e limitações alcançadas no processo de implementação desse instrumento de política pública.

Para tanto, recuperaremos brevemente o histórico da ação Economia Viva com destaque para sua proposta conceitual e analisaremos a implementação do Prêmio Economia Viva, cuja contextualização nos oferece elementos para abordar os alcances da implementação de prêmios como instrumento de políticas públicas, o que passou a ser tão recorrente no âmbito do Cultura Viva, especialmente em 2010, como veremos adiante.

Interessa aqui situar o momento de surgimento da ação Economia Viva, a formulação dessa ação, sua relação com o programa e seu processo de implementação. Se pensarmos a partir dos sete momentos da políticas públicas propostos por Saravia (2006), podemos identificar que antes da formulação e implementação da ação, há necessidade de definir suas prioridades, trabalhar na formação da agenda, quando torna-se pública sua relevância. No caso do Economia Viva, essa fase foi parcialmente abordada em outro artigo (VILUTIS, 2011) e aprofundada na pesquisa de doutorado em andamento, por isso não será objeto deste texto.

Voltando às fases das políticas públicas concebidas por Saravia, após formar a agenda, ocorre então a sua elaboração, que consiste em identificar, delimitar e avaliar custos e efeitos; em seguida, passa-se a sua formulação, onde são escolhidos os objetivos e os marcos jurídicos, administrativos e financeiros dessas políticas públicas, para então implementá-las, o que inclui planejar, preparar e organizar os recursos e a infraestrutura

²A tese de doutorado da autora é sobre as intersecções entre cultura e economia solidária no programa Cultura Viva, com foco e análise mais detida na Ação Economia Viva.



26 a 29 de maio de 2015

disponíveis e necessárias. A execução, por sua vez, é o trabalho para alcançar os objetivos estabelecidos pela política; seu acompanhamento prevê o monitoramento e o ajuste de rota, para então alcançar a última fase relativa à avaliação dos efeitos produzidos pelas políticas públicas. Para a reflexão aqui proposta focaremos na formulação e implementação dessa ação pública, conscientes de que não haver espaço suficiente para sua abordagem completa e aprofundada.

A Ação Economia Viva

Após mais de meia década de existência do Cultura Viva, o tripé protagonismo, empoderamento e autonomia proposto pelo programa encontrava-se manco e uma de suas principais fragilidades era justamente a autonomia financeira dos pontos de cultura. O término dos primeiros convênios em 2007 trouxe a tona uma questão muito significativa com implicações práticas e concretas. A continuidade dos projetos e ações culturais dos pontos de cultura após a execução dos convênios é um desafio cuja ausência de respostas por parte do Estado e da sociedade civil até hoje não foi resolvida.

É nesse contexto que inserimos o Economia Viva, uma ação criada para fomentar organizações sociais e pontos de cultura que realizem iniciativas de geração de renda e promovam a sustentabilidade financeira. Enquanto ação, o Economia Viva buscou reunir e fazer convergir uma série de pautas e questões do Cultura Viva, inclusive em diálogo forte com outras ações do programa, como a cultura digital. Havia uma intenção explícita de que essa ação reconhecesse, valorizasse e fomentasse iniciativas de economia solidária no campo cultural. A relação da economia da cultura e o fomento da diversidade cultural também estavam presente nos discursos e materiais da ação, como podemos ver no trecho a seguir:

A ação Economia Viva tem por finalidade apoiar e possibilitar a articulação de Pontos nos mais variados sistemas produtivos da cultura e nas mais diversas manifestações e expressões de linguagens artísticas. O público-alvo da ação são os empreendimentos culturais que desenvolvem soluções criativas de produção ou escoamento em rede nos diversos segmentos culturais, não sendo restritos, portanto, aos Pontos de Cultura. Contempla práticas e modelos de negócios baseados nas premissas da Economia Solidária, uma vez que esta promova autonomia por meio da articulação em rede, da colaboração, do crescimento sustentável e do comércio justo. (BRASIL, 2011, p.1).

Embora seja presente a narrativa da Economia Viva vir associada a “novos modelos de negócios e geração de renda”, é pertinente problematizar o caráter de novidade que lhe é conferido. Certamente o uso das tecnologias de informação e comunicação – TICs



26 a 29 de maio de 2015

favoreceram a renovação desses negócios, mas o que chama a atenção nesta ação é que além de novos negócios na área cultural por meio do uso de tecnologias, sua maior inovação encontra-se na gestão democrática.

A ação Economia Viva foi pautada pelos desafios de “promover o desenvolvimento da economia da cultura aliada a novos modelos de negócios associativistas autogestionários com ênfase na sustentabilidade em seus vários matizes e com ações democráticas de descentralização de ações e autonomia dos pontos” (BRASIL, 2010a, p. 97). Identificamos, assim, que o caráter inovador dessa ação pública de fomento à sustentabilidade dos pontos de cultura residiu na sua vinculação direta com a promoção do trabalho autogestionário e em rede na cultura.

Para colocá-la em prática, em 2009, a então Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura – SCC/MinC³ inicia o processo de contratação de uma consultoria responsável por “pesquisar, elaborar, sistematizar, propor, implementar e avaliar metodologias de desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) em processos de Cultura Digital ligados ao conceito de economia da cultura” (BRASIL, 2010a, p. 186). Foi uma iniciativa de estruturação do viés econômico do programa Cultura Viva, com forte conotação da economia solidária, como podemos ver no conjunto das atividades previstas pela consultora Andréa Saraiva, para a ação Economia Viva, dentre as quais destacamos:

Construir proposta de implementação de arranjos produtivos locais em conjunto com os atores e coletivos culturais ligados aos Pontos e pontões de Cultura selecionados para o desenvolvimento de APL. É importante reforçar que a proposta deverá conter os princípios da economia da cultura, economia solidária, economia da dádiva, tecnologias livres e comércio justo. (BRASIL, 2010a, p.2).

No contexto dessa consultoria foi realizado um encontro da Ação Economia Viva na Teia das Ações, atividade dentro da programação da TEIA Nacional de 2010, em Fortaleza-CE. Esse encontro reuniu cerca de 70 pessoas e pontos de cultura de todas as regiões do país, que compartilharam informações, projetos e conhecimentos acerca da economia da cultura e economia solidária. Nessa ocasião, o grupo pode se organizar e pactuar iniciativas conjuntas, como a realização de um encontro nacional de Economia Viva, e elaborar um conjunto de propostas apresentadas na plenária final da TEIA.

Em resumo, a concepção da ação Economia Viva previa um conjunto de iniciativas de socioeconomia da cultura no contexto do programa Cultura Viva como a implantação de

³Em 31 de maio de 2012 o Ministério da Cultura aprovou uma nova estrutura regimental que fundiu a Secretaria de Cidadania Cultural-SCC/MinC com a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural, criando a atual Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural-SCDC/MinC.



26 a 29 de maio de 2015

bancos comunitários de desenvolvimento nos pontos de cultura; a criação de uma moeda social para a TEIA; a realização de um encontro nacional de pontos de cultura tendo a Economia Viva como temática; a efetuação de compras públicas de produtos e a contratação de serviços dos pontos de cultura pelo Estado; a implementação de linhas de crédito para os pontos de cultura, a criação de fundos autogeridos e a capacitação técnica dos pontos de cultura para gestão de empreendimentos (BRASIL, 2010a). No entanto, nenhuma dessas propostas se efetivou e a ação Economia Viva ficou restrita à execução do edital de premiação lançado em 09 de março de 2010 pela SCC/MinC, que trataremos na próxima parte deste texto.

O Prêmio Economia Viva

O edital de premiação do Economia Viva foi criado com a finalidade de “premiar a experimentação nas formas de geração de renda e na sustentabilidade sócio-econômica de grupos e organizações que se expressam através das diversas linguagens artísticas” (BRASIL, 2015b, p. 14). Com um valor global de R\$ 1.218.000,00 o edital previa conceder, no mínimo, dez prêmios de até R\$ 120.000,00 a pontos de cultura ou organizações não governamentais sem fins lucrativos.

O edital estava dirigido a contemplar ações, práticas e modelos de negócios que promovessem articulação em rede, a colaboração, o crescimento sustentável e o comércio justo (idem, p. 14). É interessante destacar o caráter inovador desse instrumento ao propor a premiação de ações experimentais de geração de renda de forma sustentáveis na área cultural. A sustentabilidade, por sua vez, é concebida nesse edital em dois sentidos: enquanto sustentabilidade financeira dos empreendimentos e grupos premiados; e também no sentido da sustentabilidade sócio-econômica do projeto, da iniciativa premiada, o que aparece fortemente vinculado à economia solidária.

Em termos da sustentabilidade financeira, o edital é bem enfático ao solicitar que os projetos indiquem como pretendem alcançá-la e, inclusive, mantê-la após o término do projeto. Sabemos o quão difícil é prever o cenário financeiro das organizações da sociedade civil no Brasil e temos conhecimento também de como o campo das artes e da cultura também vive mais próximo da instabilidade financeira do que de seu equilíbrio. A indicação de como alcançar a sustentabilidade financeira das iniciativas culturais é uma questão recorrente dos próprios pontos de cultura, além de ser uma pergunta sem resposta dentro do programa Cultura Viva.



26 a 29 de maio de 2015

Dentre as exigências do edital, consta a elaboração de um plano de execução financeira do projeto. Trata-se de um planejamento da sustentabilidade financeira do negócio proposto abarcando, inclusive, o período após o término do projeto. Na avaliação e seleção do projeto, o item relativo ao plano de negócios reuniu a pontuação máxima de 0 a 20 pontos e voltou-se à análise da capacidade de comercialização de serviços e produtos na execução do projeto e após a sua finalização.

Esse aspecto diz respeito a uma das preocupações e apontamentos mais recorrentes do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade⁴, relativos à criação de alternativas econômicas dos pontos de cultura para além dos editais. Mas ao mesmo tempo, toca uma questão incerta e imprevisível que é a inserção no mercado, ou a criação de mercados, para circulação desses produtos e serviços. Isso é um desafio dos pontos de cultura já apontada pela pesquisa do IPEA em 2009 que levantou dúvidas e preocupações dos pontos de cultura em relação à forma de conduzir suas relações comerciais. Dentre os pontos que realizam atividades de comercialização, a pesquisa revelou que “há problemas de capacitação para a venda e dificuldades operacionais para a distribuição dos produtos em outros pontos de venda” (ARAÚJO; BARBOSA, 2010, p. 97).

A articulação em rede é aspecto fortemente presente no edital do Prêmio Economia Viva, embora com finalidades diferentes. Dentre as condições de participação, o edital é enfático em relação à necessidade dos projetos conterem ações em rede, práticas de replicabilidade e atividades econômicas colaborativas junto ao desenvolvimento de linguagens artísticas (BRASIL, 2015b, p. 15). Temos, portanto, de um lado, o propósito de mobilização de uma economia em rede da cultura e da articulação de redes solidárias de comercialização.

Por outro lado, a articulação entre pontos e pontões de cultura do programa também é requisito de participação no edital, cujo projeto deve propor atividades de atuação e produtos finais (BRASIL, 2015b, p. 14). A articulação em rede entre os pontos é condição de participação recorrente nos editais do Cultura Viva, embora seja frequente também a ausência de investimentos públicos voltados ao fomento específico dessas redes. Isso expressa claramente a intenção do MinC de fazer com que esses instrumentos de políticas tenham um duplo alcance: ao mesmo tempo em que valorizam e fomentam os pontos de cultura, potencializam as ações dos programa por meio da rede de pontos, pontões e seus

4 O Grupo de Trabalho de Sustentabilidade foi criado na TEIA 2007 por meio da articulação de pontos de cultura em torno da temática de sua sustentabilidade; em 2008 o GT passou a integrar a Comissão Nacional de Pontos de Cultura-CNPdC: <http://pontosdecultura.org.br/a-comissao/regimento/>



26 a 29 de maio de 2015

projetos. No entanto, para que essa segunda intenção se efetive, são necessárias ações por parte do poder público que até o momento não ocorreram de forma coordenada, continuada e convergente.

A intenção de fomentar a intersetorialidade e a transversalidade da cultura é aspecto que também merece destaque neste edital e tem relação com a articulação em rede. A interação e a transversalidade de ações do programa Cultura Viva foi um dos critérios de avaliação no edital do prêmio Economia Viva onde ficou explícita a proposta de valorizar projetos que ampliassem e aprofundassem as relações de colaboração e troca entre os atores e iniciativas da rede e das ações do programa Cultura Viva, bem como os projetos que trabalhassem diferentes linguagens e expressões artísticas (BRASIL, 2015b, p. 15).

A articulação dos elos de sistemas produtivos nos diversos segmentos culturais é destacado no edital que também enfatiza a implementação de soluções criativas no perfil de instituições elegíveis. Isso revela o propósito deste instrumento de trabalhar com inovações na área cultural, tanto no que diz respeito à produção, quanto à comercialização, distribuição e consumo. Aqui novamente, vemos o intuito de um prêmio promover um conjunto de ações estruturantes da política pública que, como veremos, não ocorreram por falta de planejamento, recursos e execução efetiva por parte do poder público.

Um exemplo explícito desse alcance limitado das intenções de articulação em rede do programa é a realização do Encontro Nacional da Economia Viva. Dentre as obrigações dos proponentes previstas no edital do prêmio aqui analisado, um dos itens era a participação em, pelo menos, um evento nacional relativo à rede da Ação Economia Viva. Para tanto, os proponentes deveriam prever recursos financeiros em seus projetos para passagens, deslocamentos, hospedagem e alimentação. Além dessa previsão orçamentária nos projetos, como vimos, os pontos de cultura se articularam na Teia das Ações, construíram uma proposta de programação para o encontro nacional, discutiram sua concepção metodológica e se organizaram em frentes de trabalho para a produção do evento. No entanto, o MinC nunca viabilizou a infraestrutura para sua realização, o encontro não ocorreu, a obrigação dos pontos de cultura de prever recursos financeiros para participar do evento não foi compartilhada com o poder público e demonstrou-se inócua.

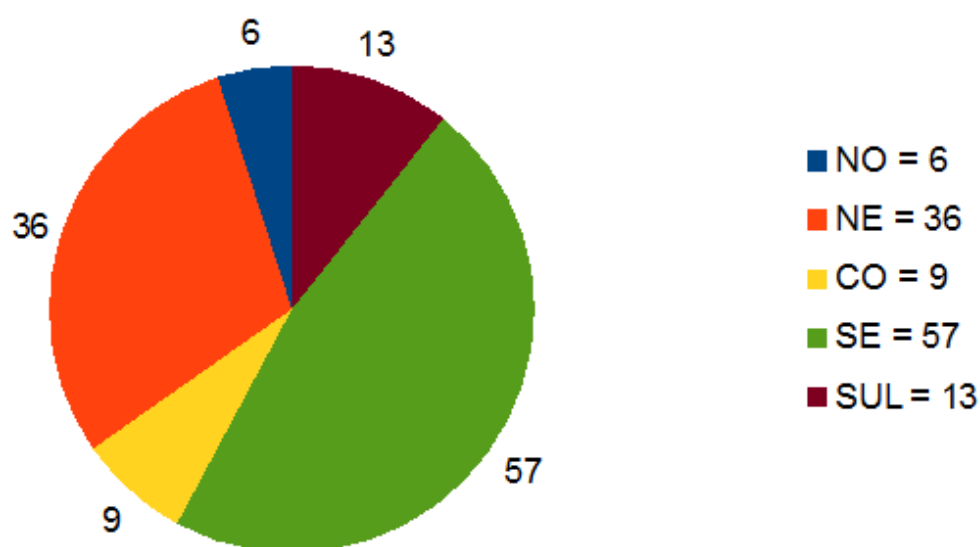
O processo de implementação do Prêmio ocorreu de forma lenta e não-linear; a avaliação dos projetos demorou quase seis meses para ser finalizada e sua divulgação



26 a 29 de maio de 2015

ocorreu de forma confusa e dispersa⁵. O pagamento da primeira parcela dos prêmios tardou quase um ano para se efetivar e o último pagamento do Prêmio ocorreu em dezembro de 2012, quase três anos após o lançamento do edital de projetos com um ano de duração. O Prêmio contou com 121 inscrições, de 21 estados e todas as regiões do país, conforme distribuição detalhada no gráfico a seguir:

Projetos Inscritos no Prêmio Economia Viva por região número de projetos por região



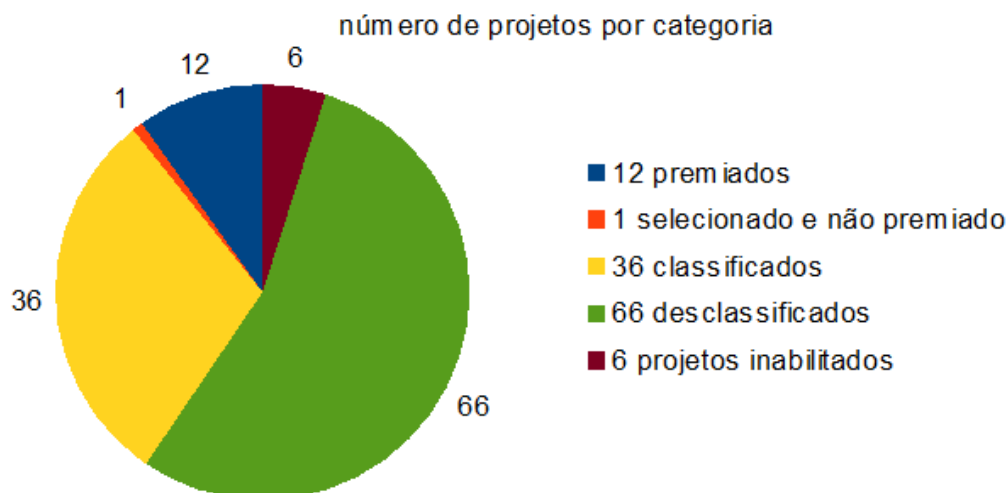
Dos 121 inscritos no edital, 12 foram premiados e os demais projetos foram avaliados conforme segue:

⁵ O julgamento dos recursos do Prêmio Economia Viva não foram todos publicizados e tampouco existiu uma listagem completa e unificada dos projetos classificados, desclassificados, habilitados e inabilitados, além de todas as portarias de divulgação de resultados do Prêmio terem sofrido retificações. Desse modo, para obtermos uma relação completa do resultado unificado do Prêmio foi preciso conferir as diferentes listagens divulgadas e calcular o resultado a partir delas. O número de projetos inscritos no Prêmio obtido por meio desse cálculo difere do dado difundido à época, que levou em consideração apenas parte das portarias e de seus avisos de retificação.



26 a 29 de maio de 2015

Resultado da seleção do Prêmio Economia Viva



A escolha por premiar 12 instituições ao invés de 10, foi tomada após recomendação da Comissão de Avaliação que analisou os projetos encaminhados ao Edital Prêmio Economia Viva 2010. Com essa alteração, os projetos selecionados receberam o valor de 100 mil reais e não R\$120mil previstos inicialmente. A região norte perdeu sua única representação dentre o conjunto de instituições premiadas, visto que o projeto selecionado do Grupo de Teatro a Bruxa Tá Solta não conseguiu reunir toda a documentação necessária no momento de recebimento do prêmio e foi substituído pela primeira iniciativa da lista de classificados, o Instituto Kairós, de Minas Gerais. A partir dessa atualização, a distribuição geográfica das iniciativas premiadas ficou da seguinte forma:

Distribuição geográfica dos premiados no Economia Viva





26 a 29 de maio de 2015

Os 11 meses passados entre o resultado do edital e o efetivo pagamento do prêmio ocorreram em um cenário de mudança de gestão interna no Ministério da Cultura e na Secretaria de Cidadania Cultural. Em 2010 o período eleitoral foi a justificativa para o não pagamento do Economia Viva; no ano seguinte, a mudança de gestão também explicara o seu atraso. As sucessivas auditorias internas atravessadas pela SCC e SCDC também integraram o conjunto dos argumentos relativos à falta de previsão dos pagamentos (COMUNICADO, 2010).

Do reconhecimento ao fomento

A adoção de prêmios como instrumento da política do Cultura Viva pelo MinC teve início em 2007 com o Prêmio Escola Viva e tornou-se prática corrente até 2010, embora com finalidades e objetivos diferentes. Inicialmente voltados ao reconhecimento de iniciativas exitosas, de experiências de destaque, daquilo que se costuma chamar de “melhores práticas”, os prêmios foram assumindo um caráter de fomento das ações do programa Cultura Viva.

O processo de estadualização do programa Cultura Viva, levado a cabo a partir de 2007, também trouxe novidades nesse sentido. Como exemplo, citamos o caso do Estado de São Paulo que adotou a modalidade de premiação para o apoio concedido aos pontos de cultura⁶.

O Prêmio Asas (2008 e 2010) é um exemplo desse tipo de ação pública que situa-se entre o reconhecimento de iniciativas exitosas na execução dos projetos apoiados pelo Cultura Viva e o fomento para sua continuidade. A primeira edição desse Prêmio ocorreu em 2008, no mesmo contexto já mencionado aqui, de término de alguns convênios. Embora voltado ao reconhecimento dessas iniciativas, o prêmio assumiu também um caráter de fomento da continuidade dos pontos de cultura, o que era facilitado pelo seu formato de um repasse único de recursos e prestação de contas via relatório de atividade. Os pontos de cultura selecionados receberam em uma parcela única de R\$80 mil quase metade do montante total recebido pelo ponto de cultura ao longo de seus três anos de execução do convênio.

Ao justificar o valor estipulado de R\$100mil para o prêmio Economia Viva (BRASIL, 2010b, p. 2), O MinC revelou a dupla intenção do investimento: geração de

⁶ Uma abordagem detalhada e analítica dessa experiência pode ser encontrada na dissertação de mestrado de LIMA, 2013.

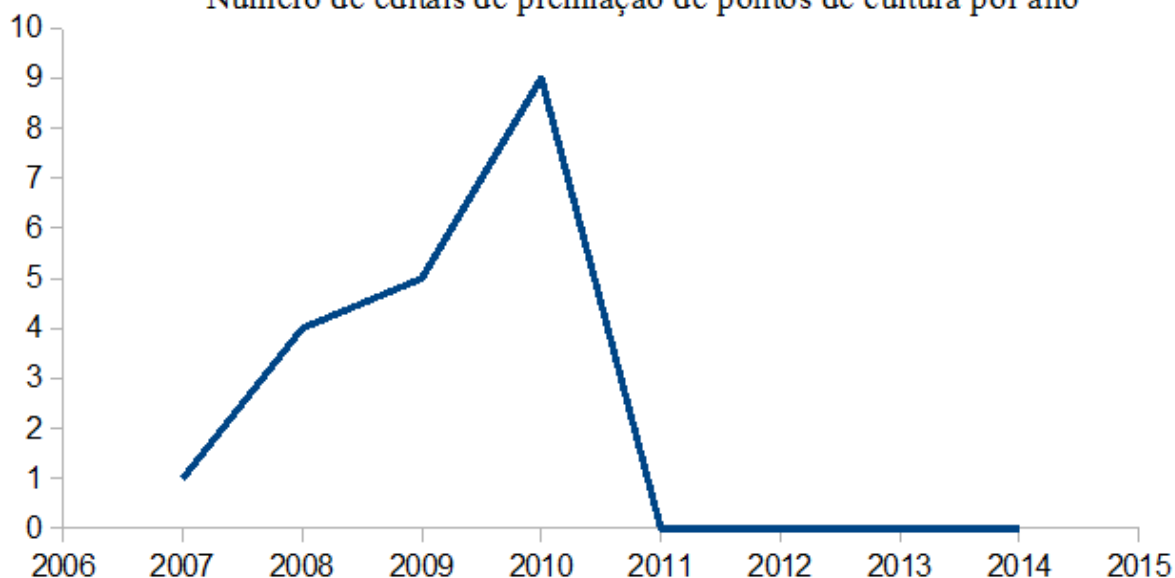


26 a 29 de maio de 2015

renda e manutenção do ponto de cultura por um ano. A base do cálculo foi o montante de recursos disponibilizados pelos convênios de pontos de cultura, segundo o qual, os pontos recebem R\$ 60 mil anuais para ações culturais de criação, produção e difusão. O acréscimo de R\$ 40 mil foi com o propósito de fomentar a sustentabilidade financeira das instituições premiadas, o que no caso específico deste edital estava voltado à geração de renda. Em resposta à auditoria das premiações, a SCDC expôs também a concepção de iniciativa-piloto que imbuíu a criação do Prêmio Economia Viva: “(...) esse edital é um laboratório de experimentação e dado o número de inscritos a demanda está mapeada e será base para próximas ações de sustentabilidade” (BRASIL, 2010b, p. 2).

Até o momento ele não subsidiou nenhuma ação pública semelhante ou aproximada, muito pelo contrário, vemos que após os nove editais de premiação emitidos em 2010 pelo MinC, não houve mais nenhum edital de fomento, prêmio, bolsa ou outro tipo de incentivo voltado aos pontos de cultura no âmbito do Governo Federal. O gráfico a seguir revela a evolução dos editais de premiação de pontos de cultura dentro do MinC⁷:

Evolução da premiação de pontos de cultura pelo MinC
Número de editais de premiação de pontos de cultura por ano



⁷ Consideramos aqui editais de premiações voltados aos pontos de cultura lançados no âmbito do MinC e não apenas pela SCC -e posteriormente SCDC-. Como exemplo, mencionamos termos contemplado o Prêmio Interações Estéticas, lançado pela Funarte, mas com foco direcionado aos pontos de cultura e com relação direta com o Cultura Viva.



26 a 29 de maio de 2015

Embora o formato do edital do Economia Viva fosse de prêmio, o seu escopo era um híbrido de premiação e conveniamento, pois não era apenas uma premiação ou reconhecimento de alguma prática já desenvolvida, mas um apoio financeiro para o desenvolvimento de um projeto com duração de doze meses e prestação de contas por meio de dois relatórios.

A Portaria nº 29/2009 do MinC dispõe sobre a elaboração e gestão de editais de seleção pública para apoio a projetos culturais e para a concessão de prêmio a iniciativas culturais no âmbito do MinC; ela prevê em seu Artigo 3º que os editais públicos de premiação destinem-se apenas a iniciativas culturais realizadas ou em andamento. Segundo esse ato jurídico, a concessão de prêmio é equiparada aos concursos literários, artísticos e culturais, ou seja, concebe a premiação como um instrumento de reconhecimento e valorização de uma iniciativa cultural desenvolvida ou cujo processo de criação pode ser identificado.

No âmbito do Cultura Viva, dos 20 prêmios executados entre 2007 e 2010, apenas quatro⁸ referem-se ao reconhecimento de iniciativas já realizadas e premiadas como melhores práticas. Os demais prêmios foram voltados a iniciativas em desenvolvimento ou a serem realizadas. Isso justifica a adoção de algumas medidas por parte da SCC para o controle do uso de recursos públicos, como a exigência de planos de execução financeira e de relatórios de aplicação dos recursos. No caso do prêmio Economia Viva, foi solicitado ainda um plano de negócios para analisar a capacidade de comercialização de serviços e produtos, e o pagamento do prêmio ocorreu em duas parcelas de igual valor, sendo a primeira paga no ato da premiação e a segunda após apresentação e aprovação do primeiro relatório. Apenas outros três prêmios do programa tiveram formato semelhante em termos da solicitação de dois relatórios, foram os prêmios Tuxáua (I e II), Cultura e Saúde e Cultura Digital. No entanto, nenhum previa a elaboração de um plano de negócios, exigência específica do Economia Viva.

No âmbito do Cultura Viva, o ano de 2010 foi o de maior número de editais de premiações realizadas pelo MinC. Em 2010 o órgão lançou 9 editais de premiações, dentre os quais temos o Economia Viva com o menor orçamento e também o menor número de iniciativas premiadas, mas que reuniu o maior valor de premiação, de R\$100.000,00. Esse

⁸Tratam-se dos prêmios Escola Viva, Asas I e II e Pontos de Valor.



26 a 29 de maio de 2015

montante fora contemplado por apenas dois outros editais nesse ano de 2010, os prêmios de Mídia Livre e Cultura Viva.

O edital do Economia Viva foi o único prêmio inédito de 2010, todos os demais estavam em sua segunda edição ou, como foi o caso do Cultura Digital, embora fosse a primeira edição no formato de premiação, essa ação já havia sido fomentada anteriormente, com editais de conveniamento de pontões de cultura digital. Talvez o ineditismo do Economia Viva ajude a explicar o baixo valor do orçamento desse edital. Se calcularmos o valor médio do orçamento dos editais de 2010 alcançamos a marca superior a 3 milhões e meio de reais. Entretanto, ao Economia Viva não lhe foi reservado nem metade desse valor. Isso revela o baixo grau de prioridade e importância dado a essa ação no Ministério.

Se o Prêmio Economia Viva havia sido criado para fomentar a sustentabilidade financeira das instituições sociais, seu pequeno histórico de vida já deixou uma forte lição às instituições da sociedade civil contempladas em seu edital. Não depender de uma fonte de recursos e tampouco depender de editais públicos revelava-se como uma medida necessária para poder manter as ações em funcionamento sem ser tão impactado pelas instabilidades e intercorrências da gestão pública.

Em termos de sua concepção, o Economia Viva foi concebido como uma ação estratégica à política pública, que compreendia os pontos de cultura como empreendimentos e previa recursos para fomentar sua sustentabilidade e articulação em rede. No entanto, no que diz respeito a sua execução, temos uma premiação pontual e isolada no histórico dos dez anos de existência do programa Cultura Viva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Herton E.; BARBOSA, Frederico A. B. (Org.). *Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania*. Brasília: Ipea, 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. Aviso de retificação da Portaria nº 22, de 24 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/retificacao-portaria-habilitados-economia-viva.pdf/102649bf-44ae-4c8f-8186-b112e79f4413>. Acesso em 25 jan. 2015a.

BRASIL. Ministério da Cultura. Edital de divulgação nº 8, de 9 de março de 2010. Processo de Seleção do Prêmio Economia Viva. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, nº 47, p. 14-16, 11 mar. 2010. Seção 3. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/03/2010&jornal=3&pagina=14&totalArquivos=168>. Acesso em 25 jan. 2015b.

BRASIL. Ministério da Cultura. Memorando nº 158, CGCC/SCC/MinC, de 18 de agosto de 2009, referente à contratação de consultoria para implementação de metodologias de Arranjos Produtivos



26 a 29 de maio de 2015

Locais (APLs) sob o viés da economia da cultura nas Ações do Programa Cultura Viva. In: *Processo 01400.021876-2009-96* – Contratação de Andréa Saraiva Martins. Brasília, DF, 2010a.

BRASIL. Ministério da Cultura. Nota Técnica nº 02/GAB/SCC/MinC. Prorrogação da vigência do Edital Prêmio Economia Viva 2010. Brasília-DF, 17 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 12, de 9 de abril de 2010. Prorroga o prazo de vigência do Edital do Prêmio Economia Viva. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/premio-economia-viva.pdf/81ee3b2a-5da5-4e4e-bf97-adb909bdbd8d>. Acesso em 25 jan. 2015c.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 22, de 24 de maio de 2010 torna pública a lista de entidades que tiveram seus projetos habilitados e inabilitados no Prêmio Economia Viva. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, nº 98, p. 49-50, 25 maio 2010. Seção 1. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=25/05/2010&jornal=1&pagina=49&totalArquivos=136>. Acesso em 25 jan. 2015d.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 35, de 1º de julho de 2010. Constitui a Comissão de Avaliação para análise dos projetos encaminhados ao Edital Prêmio Economia Viva. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, nº 128, p. 6, 7 jul. 2010. Seção 2. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=6&data=07/07/2010>. Acesso em 25 jan. 2015e.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 38, de 6 de julho de 2010. Torna pública a lista de entidades que tiveram seus projetos premiados, classificados, desclassificados e inabilitado no Prêmio Economia Viva. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, nº 131, p. 14-15, 12 jul. 2010. Seção 1. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/07/2010&jornal=1&pagina=14&totalArquivos=96>. Acesso em 25 jan. 2015f.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 43, de 29 de setembro de 2010. Torna pública a lista de inabilitados que encaminharam recurso administrativo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, nº 189, p. 12, 1º out. 2010. Seção 1. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/10/2010&jornal=1&pagina=12&totalArquivos=136>. Acesso em 25 jan. 2015g.

BRASIL. Ministério da Cultura. Resposta da CGCC à Controladoria Geral da União, de 03 de setembro de 2010. Brasília, DF, 2010b.

BRASIL. Ministério da Cultura. Retificação da Portaria nº 38, de 6 de julho de 2010. Publicação dos projetos classificados no Prêmio Economia Viva por ordem de classificação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, nº 135, p. 6, 16 jul. 2010. Seção 1. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=6&data=16/07/2010>. Acesso em 25 jan. 2015h.

COMUNICADO da SCC aos Pontos de Cultura e Premiados. *Blog de Valéria Viana*. TT Catalão. 29 out. 2010. Disponível em: <http://culturadigital.br/valeriviana/2010/10/29/comunicado-da-scc-aos-pontos-de-cultura-e-premiados/>. Acesso em 24 fev. 2015.

LIMA, Luciana Piazzon Barbosa. *Desafios jurídicos e administrativos da política cultural comunitária: um estudo dos Pontos de Cultura no estado de São Paulo*. Dissertação de mestrado – Escola de Artes, Ciências e Humanidades; Universidade de São Paulo, 2013.

VI Seminário Internacional de Políticas Culturais

Fundação Casa de Rui Barbosa - Rio de Janeiro - Brasil



26 a 29 de maio de 2015

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: Enrique Saravia e Elisabete Fernandes (Orgs). *Políticas Públicas*, vol. I. Brasília: ENAP, 2006. p. 21-42.

VILUTIS, Luana. Pontos de Cultura e Economia Solidária: aproximações e possibilidades. *Seminário Internacional de Políticas Culturais*, 2ª ed., 2011. Rio de Janeiro. Anais do II Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_LuanaVilutis_Pontos_de_cultura_e_economia_solidaria.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014.